

ESTADO DE SÃO PAULO

ROBERTO MACEDO

Cinema de uma sala só 11 NOV 1993

As voltas com a CPI do Orçamento, onde ainda há muito novelo para desenrolar, fica cada vez mais evidente a dificuldade que o Congresso tem para tocar com maior agilidade o exame e votação das matérias de sua competência. Ou seja, para trabalhar. Pelo que vi lá em Brasília, para começar ele já adota uma semana que para grande número de parlamentares é só de três dias. Eles chegam de suas "bases eleitorais" na terça e saem na quinta. Se ficarem de sexta a segunda em efetivo contato com essas bases, tudo bem. Mas eu moro há três décadas numa mesma região de São Paulo e ainda estou para ver um deputado andando pela rua, conversando com seus eleitores, da mesma maneira que via nos EUA, onde morei alguns poucos anos. Uma diferença: eram deputados distritais e corriam o risco de perder a eleição seguinte se não fizessem isso.

Enquanto os eleitores sonham com o voto distrital, o Congresso precisa acordar para outros assuntos. A CPI está tirando o sono de vários congressistas, mas é preciso arrancar também do sono aqueles que caíram nele por falta do que fazer. As maracutaias do Orçamento têm envolvido algumas poucas dezenas de congressistas, com razão preocupados e atarefados com suas defesas. Alguns mais estão ocupados no processo de investigação. Mas o que fazem os demais, cerca de 500 deles?

A revisão constitucional continua como serviço a começar. Talvez tenha andado ontem, com a votação do seu regimento, até porque quar-



Na área econômica, há assuntos importantes mofando no Congresso

ta-feira é usualmente o melhor dia para votação, pois se pode contar com os congressistas que acabam de chegar e com os que já estão se preparando para partir, aumentando, portanto, o "quórum". A revisão é importante por várias razões, em particular para permitir que o Estado possa sair da concordata em que se encontra, pois hoje a Constituição impede ajustes que seriam triviais em qualquer empresa na mesma situação, tais como

reduzir o número de servidores, conter o crescimento de passivos que no governo se expandem pelas aposentadorias precoces, vender mais ativos, isto é, empresas estatais, para reduzir sua dívida, e por aí afora.

Mas há muita coisa a ser tratada além da revisão constitucional. Na área econômica, há assuntos importantes que estão mofando no Congresso, entre eles a chamada "Lei Rita Camata", já aprovada pela Câmara e que regula o dispositivo constitucional que estabelece limite para as despesas com pessoal do governo, inclusive nos Estados e municípios. Há também os projetos que regulam as concessões de serviços públicos e a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. São projetos importantes para a solução da concordata do Estado, para o fim da inflação e para o desenvolvimento econômico e social.

No final do governo Collor, com o processo de impeachment, o Congresso deixou de lado importantes projetos que o Executivo havia enviado e queria ver examinados, em particular um amplo conjunto de emendas constitucionais e uma proposta de reforma fiscal. Tinham

como objetivo consolidar o ajuste fiscal que o governo já havia iniciado, ao reverter ou reduzir de forma radical os déficits altos e crescentes que marcaram o governo Sarney. Com as eleições municipais de 1992, entretanto, a semana de três dias ficou ainda menor ou virou só "consulta às bases", e o processo de impeachment praticamente ocupou toda a agenda.

Tal como naquela época, o Congresso se parece hoje com um daqueles cinemas antigos, de uma única sala de projeção, que mostram um só filme. A sociedade aplaude o filme da CPI, drama que gira em torno de negociatas, mas a que não faltam conflitos conjugais e até um economista que abandonou a ortodoxia fiscal por práticas heterodo-

xas, financeiras ou não. Será bom que esse filme tenha dois fins, um happy end para a sociedade e outro, feio, para os culpados, com cassação e cadeia. Se não terminar assim, os espectadores poderão querer fechar ou quebrar o cinema.

Enquanto não vem o epílogo, a sociedade quer ver outros filmes, em particular o da revisão constitucional, pois, ansiosa, não agüenta mais o trailer que se repete há meses. É preciso, assim, que o Congresso se transforme num desses cinemas de várias salas, hoje tão comuns. Naqueles prédios enormes, sala é o que não falta.

■ Roberto Macedo, professor da FEA-USP, é pesquisador da Fipe e do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial

